

A educação

enquanto fenômeno social:

Um estímulo à transformação humana

3



Américo Junior Nunes da Silva
Abinalio Ubiratan da Cruz Subrinho
(Organizadores)

Atena
Editora
Ano 2022

A educação

enquanto fenômeno social:

Um estímulo à transformação humana

3



Américo Junior Nunes da Silva
Abinalio Ubiratan da Cruz Subrinho
(Organizadores)

Atena
Editora
Ano 2022

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



A educação enquanto fenômeno social: um estímulo a transformação humana 3

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Bruno Oliveira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizadores: Américo Junior Nunes da Silva
Abinalio Ubiratan da Cruz Subrinho

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 A educação enquanto fenômeno social: um estímulo a transformação humana 3 / Organizadores Américo Junior Nunes da Silva, Abinalio Ubiratan da Cruz Subrinho. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0063-9

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.639221103>

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Subrinho, Abinalio Ubiratan da Cruz (Organizador). III. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br



DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

Desde a superação dos paradigmas interpostos pelas tendências de cunho tradicionalista, o campo educacional vem somatizando uma série de ganhos e tensionamentos, entre eles se sublinha o amadurecimento das concepções da aprendizagem enquanto ato situado, atravessado pelas mais diversas experiências e contextos no qual todos os atores envolvidos neste rizoma se tornam importantes elaboradores e propagadores de conhecimento.

Adjunto a isso, se destaca também a indispensável atuação dos professores/as, coordenadores/as e demais profissionais da educação no desenvolvimento de reflexões de cunho teórico, metodológico, epistemológico, formuladas a partir da investigação da sua própria prática. Estudos que se convertem basilares no desenvolvimento de políticas públicas que levem em consideração o cenário sociocultural no qual a escola está imersa (do qual é simbioticamente integrante) e os sujeitos, intra e extramuros, que a compõem.

Nesse sentido, as práticas de pesquisa em Educação têm oportunizado um ganho sistêmico e multilateral para o campo e para os sujeitos, benefícios que refletem, diretamente, nos gestos e processos sociais: ganha o campo pois, em decorrência das investigações novas lentes são lançadas sobre fenômenos e problemáticas que permeiam as relações seculares do ensinar e aprender, bem como emergem novas questões achados que irão, entre outras circunstâncias, contribuir com reformulação do currículo escolar e da didática, inserindo e revisando temáticas e epistemologias.

Quanto aos indivíduos que, atravessados de suas subjetividades, ao pesquisarem exercem a autoformação, dimensão formativa aqui pensada a partir de Pineau (2002), que em linha gerais a define como um processo perene que acompanha os sujeitos em toda sua vida, promovendo uma revolução paradigmática. O estar atento a você mesmo, suas atitudes, emoções, e a relação com o outro e com o ambiente. A interação destas dimensões constitui um engajamento às causas pessoais, sociais e ambientais, possibilitando que os indivíduos reflitam e ressignifiquem, nesse contexto, o pensar praticar à docência e as outras diversas formas de ensinar.

Desse modo, nesta obra intitulada “**A educação enquanto fenômeno social: Um estímulo a transformação humana**” apresentamos ao leitor uma série de estudos que dialogam sobre as mais variadas temáticas, entre elas: a formação inicial e contínua dos profissionais da educação; discussões acerca dos níveis e modalidades de ensino, percebidas a partir de diversas perspectivas teóricas; da gestão da sala de aula e da gestão democrática do ensino público; elaboração e análise crítica de instrumentos ensino e situações de aprendizagem; constructos que versam sobre educação, tecnologia, meio ambiente, entre outras propostas transversais. As pesquisas adotam métodos mistos, filiadas a diferentes abordagens, campo teórico e filosófico, objetivando contribuir com a

ampliação dos debates em educação e com a formação, qualificação e deleite de todos os sujeitos que se encontrarem com este livro.

Assim, desejamos a todos e todas uma aprofundada e aprazível leitura.

Américo Junior Nunes da Silva
Abinalio Ubiratan da Cruz Subrinho

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

INTERNACIONALIZAÇÃO, REGIONALIZAÇÃO, INTEGRAÇÃO E A EDUCAÇÃO SUPERIOR: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A ACREDITAÇÃO REGIONAL DO MERCOSUL

Jeinni Kelly Pereira Puziol

Gladys Beatriz Barreyro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6392211031>

CAPÍTULO 2..... 15

LAS UNIVERSIDADES TECNOLÓGICAS DE HIDALGO: UN ANÁLISIS PESTEL ANTE UNA MEGACIENCIA

Amalia Santillán Arias

Concepción Gómez Juárez

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6392211032>

CAPÍTULO 3..... 26

REFLEXÕES SOBRE O TRABALHO DOCENTE: UMA ANÁLISE SOBRE A SAÚDE E O SOFRIMENTO PSÍQUICO DO PROFESSOR

Glaé Corrêa Machado

Andréia Mendes dos Santos

Renata Santos da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6392211033>

CAPÍTULO 4..... 39

EDUCAÇÃO E NOVAS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO: AS TICS COMO MEDIADORAS DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

Francisco Duarte da Cruz

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6392211034>

CAPÍTULO 5..... 52

INFLUÊNCIAS DO PENSAMENTO PEDAGÓGICO BRASILEIRO NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS INCLUSIVAS

Jiuliana Ferreira Florentino

Vanderlei Balbino da Costa

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6392211035>

CAPÍTULO 6..... 62

AS AULAS DE MATEMÁTICA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR EM TEMPO DE PANDEMIA: DA TRANSMISSÃO-ASSIMILAÇÃO PARA A SISTEMATIZAÇÃO COLETIVA DO CONHECIMENTO

Claudia Lorena Juliato Araujo

Pura Lúcia Oliver Martins

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.6392211036>

CAPÍTULO 7	70
WIKIPÉDIA, UM LÓCUS DE (DES)ENCONTROS ENTRE AGENTES HUMANOS E NÃO HUMANOS?	
Teresa Margarida Loureiro Cardoso Maria Filomena Pestana Martins Silva Coelho	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6392211037	
CAPÍTULO 8	84
COMPREENSÃO DO PROCESSO DE FORMAÇÃO DA CRIANÇA A PARTIR DE VIGOTSKI	
Ilda de Franceschi Fellipetto Marciele Dias Santos Cabeleira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6392211038	
CAPÍTULO 9	91
ASPECTOS RELEVANTES DO PROCESSO CONSTRUTIVO-INTERPRETATIVO DAS INFORMAÇÕES NO CURSO DE UMA PESQUISA FOCALIZADA NA SUBJETIVIDADE	
Maria Mônica Pinheiro-Cavalcanti	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.6392211039	
CAPÍTULO 10	103
DESIGN DA INFORMAÇÃO, EDUCAÇÃO EM SAÚDE E INCLUSÃO DAS CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NO BRASIL DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19	
Fernando dos Santos Almeida Francisco Antonio Pereira Fialho	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.63922110310	
CAPÍTULO 11	110
CONCEPÇÃO FENOMENOLÓGICA DE ANGÚSTIA EM SARTRE: ATUALIDADES FILOSÓFICAS EM TEMPOS DE PANDEMIA	
Maria Lúcia Gomes Figueira de Melo Maria Josevett Almeida Miranda Denise de Souza Simões Rodrigues	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.63922110311	
CAPÍTULO 12	119
SELO LENTE INTERIOR: CERTIFICAÇÃO DA RESPONSABILIDADE EMOCIONAL NAS ORGANIZAÇÕES	
Svetlana Romagna Valentim	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.63922110312	
CAPÍTULO 13	142
CONCEPÇÕES E PERCEPÇÕES DOS PROFESSORES E GRADUADOS SOBRE A FORMAÇÃO HUMANISTA NO CURSO DE PEDAGOGIA NO ISCED DE CABINDA,	

ANGOLA

Lando Emanuel Ludi Pedro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63922110313>

CAPÍTULO 14..... 158

REFLEXÕES SOBRE O PAPEL DA EDUCAÇÃO FÍSICA NA FORMAÇÃO HUMANA DE JOVENS E ADULTOS DO PROEJA

Bianca Bissoli Lucas

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63922110314>

CAPÍTULO 15..... 166

UM BREVE PANORAMA DAS NORMATIVAS ACERCA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E O NAPNE

Isabel Freitas Cunha

Valeska Guimarães Rezende da Cunha

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63922110315>

CAPÍTULO 16..... 175

PROPOSTA DE SISTEMA UNIFICADO PARA O GERENCIAMENTO DAS ASSOCIAÇÕES DE PAIS E MESTRES DAS ESCOLAS TÉCNICAS

Murilo Santos Garcia

Ana Paula Dário Zocca

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63922110316>

CAPÍTULO 17..... 200

A PERCEPÇÃO DOS DOCENTES DO ENSINO TÉCNICO FRENTE À SUA FORMAÇÃO CONTINUADA EM TECNOLOGIA ASSISTIVA E A AGENDA 2030

Andrea Ribeiro Ramos

Roberto Kanaane

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63922110317>

CAPÍTULO 18..... 209

EL PERFIL PROFESIONAL DEL INGENIERO DEL SECTOR TIC UN DIAGNÓSTICO BASADO EN COMPETENCIAS

Marcelo Dante Caiafa

Ariel Aurelio

Adrián Marcelo Busto

José Krajnik

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63922110318>

CAPÍTULO 19..... 223

O ESTRANGEIRO

Suelen Aparecida de Carvalho Rela

Daniela Dias Anjos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.63922110319>

SOBRE OS ORGANIZADORES	229
ÍNDICE REMISSIVO.....	230

CAPÍTULO 14

REFLEXÕES SOBRE O PAPEL DA EDUCAÇÃO FÍSICA NA FORMAÇÃO HUMANA DE JOVENS E ADULTOS DO PROEJA

Data de aceite: 01/03/2022

Data de submissão: 03/01/2022

Bianca Bissoli Lucas

Cei Criarte-UFES

Doutoranda Universidade do Minho

<http://lattes.cnpq.br/4134671541091280>

Orcid: 0000-0001-5866-0886

RESUMO: A decisão de realizar esta investigação de enfoque qualitativo de natureza etnográfica sobre a educação física na formação de jovens e adultos no Programa de Integração de Educação Básica à Educação Profissional na Modalidade de Jovens e Adultos – PROEJA, tem por objetivo demonstrar ser ela, na sua especificidade, uma disciplina que trabalha com a cultura corporal e que tem papel fundamental na qualidade da formação escolar crítica, humana e para a vida de jovens e adultos. Concluímos que historicamente a componente curricular Educação Física não apenas no PROEJA, mas na educação brasileira, vem tendo um papel secundário, o que nos incentiva enquanto educadoras e pesquisadoras a dedicar esforços em compreendê-la no dia a dia do cenário escolar, contribuindo diretamente para a reflexão e a superação desta realidade.

PALAVRAS-CHAVE: Educação física; formação humana; PROEJA.

REFLECTIONS ON THE ROLE OF PHYSICAL EDUCATION IN THE HUMAN DEVELOPMENT OF YOUNG PEOPLE AND ADULTS AT PROEJA

ABSTRACT: The decision to carry out this investigation with a qualitative focus of ethnographic nature on physical education in the training of young people and adults in the Program for the Integration of Basic Education to Professional Education in the Youth and Adult Modality – PROEJA, aims to demonstrate that it is in its specificity, a discipline that works with the corporal culture and that has a fundamental role in the quality of critical, humane education and for the lives of young people and adults. We conclude that, historically, the Physical Education curricular component, not only in PROEJA, but in Brazilian education, has had a secondary role, which encourages us as educators and researchers to devote efforts to understanding it in the daily life of the school scenario contributing directly to reflection and overcoming this reality.

KEYWORDS: Physical education; Human formation; PROEJA.

1 | INTRODUÇÃO

A decisão de realizar uma investigação sobre a educação física na formação de jovens e adultos no Programa de Integração de Educação Básica à Educação Profissional na Modalidade de Jovens e Adultos – PROEJA, foi inspirada no meu trabalho como professora voluntária de Educação Física do PROEJA no Instituto Federal do Espírito Santo – IFES.

Assumi esse componente curricular, cujo cenário, segundo a coordenação geral (vigente no período do trabalho voluntário) do PROEJA, apresentava muitos problemas de aceitação pelos discentes. No entanto, os alunos, a partir das vivências das aulas, planejadas considerando a realidade das turmas, no projeto político pedagógico do PROEJA, passaram não só a gostar da educação física, mas a relatar a sua importância na vida cotidiana e na vida escolar. Paralelamente a essa vivência positiva por parte dos alunos, era perceptível a necessidade emergencial de repensar o trabalho da educação física enquanto componente curricular do PROEJA.

Diante de todas estas reflexões, nasceu a ideia de investigar esse componente curricular no PROEJA, evidenciando o seu cenário histórico e as contribuições práticas que a educação física pode dar ao cenário de efetividade do ensino, no âmbito da escolarização de jovens e adultos.

Assim sendo, esta investigação não tem a intenção de buscar prescrições para a Educação Física no PROEJA do Instituto Federal do Espírito Santo, e sim demonstrar ser ela, na sua especificidade, uma disciplina que trabalha com a cultura corporal e que tem papel fundamental na qualidade da formação escolar crítica, humana e para a vida de jovens e adultos.

O conceito de cultura corporal, tratado nesta proposta, é entendido como produto da sociedade e como processo dinâmico que simultaneamente, constitui e transforma a coletividade a qual os indivíduos pertencem. Cultura corporal do movimento indica assim, um conhecimento possível de ser trabalhado pela área de educação física na escola, um saber produzido em torno das práticas corporais. (BRASIL, 2002, p. 194)

Desta forma, objetivamos contribuir para o enfrentamento dos desafios da consolidação da educação física como um importante espaço de formação humana, provocando reflexões para a avaliação e a análise dos programas, realizando uma análise crítica dos sentidos históricos desta disciplina e apontando caminhos que abordagem diferenciada por parte dos docentes é possível.

Não nos parece mais possível ignorar a existência da Educação Física na EJA. Trata-se apenas de superar sua condição de marginalização e obscuridade a partir do estabelecimento de condições adequadas para a sua realização considerando-se que já existe uma proposta curricular de educação física para o EJA, emanada do próprio Ministério da Educação. (GUNTHER, 2014, p. 410).

2 | METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa de enfoque qualitativo de natureza etnográfica, que possibilitou um contato direto do pesquisador com a situação pesquisada, permitindo, por meio de técnicas de observação participante, participação observante, diário de campo e análise documental chegar bem perto do objeto de estudo, e segundo

André (2000, p.12), “documentar o não documentado”. Esse é um fator importante, pois possibilita revelar e reconstruir os processos e as relações que configuram a experiência no cotidiano do fazer pedagógico.

3 I O PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO DE EDUCAÇÃO BÁSICA À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA MODALIDADE DE JOVENS E ADULTOS – PROEJA

As iniciativas oficiais da Educação de Jovens e Adultos – EJA, no Brasil, remontam à década de 1940 do século XX (DI PIERRO, 2005). Desde então, muitas ações têm sido realizadas visando compensar um quadro de desigualdades sociais, que tem afastado da escola um grande contingente da população, especialmente os adolescentes, que se tornam os adultos sem alfabetização ou com uma base escolar bastante frágil. Para agravar esse quadro, foi apenas a partir de 1988 que o direito à educação de jovens e adultos passou a ser reconhecido pela nova Constituição da República Federativa do Brasil e sua oferta considerada obrigatória pelo Estado.

Segundo Haddad (2007), mesmo não tendo sido assegurado, de imediato, o estabelecimento de uma política nacional específica para o atendimento desse segmento da população, um conjunto de medidas legais e políticas educacionais foram implementadas, impulsionadas pela participação do Brasil na “Conferência Mundial de Educação para Todos”, realizada na Tailândia, em 1990. Nela, os países e organismos de cooperação internacional participantes comprometeram-se a concretizar ações de enfrentamento das dificuldades e das fragilidades do processo de educação escolar considerando toda a população formadas por crianças, jovens e adultos.

De fato, ocorreram amplas reformulações legais, entre elas a elaboração e efetivação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), nº 9.394, sancionada em 20 de dezembro de 1996, ordenamento legal que deu origem à formulação de diretrizes curriculares para cada uma das diferentes modalidades de ensino.

E foi justamente a partir de 1996, que iniciativas oficiais voltadas para o ensino formal, foram estabelecidas visando atender jovens e adultos não escolarizados ou de baixa escolarização, cujo objetivo buscava corrigir um processo de exclusão social e oferecer também qualificação técnica para a inserção desse segmento da população no mercado de trabalho.

A partir de 2001 e especificamente no âmbito do governo federal, várias instituições de educação profissional, pertencentes à Rede Federal de Educação Tecnológica, passaram a ofertar o ensino médio na modalidade Educação de Jovens e Adultos – EJA, como uma etapa preparatória para a profissionalização em cursos técnicos.

Apesar de uma ótima iniciativa, a análise do histórico de alunos desde a matrícula até a conclusão deste curso, no período entre 2001 e 2005, evidenciou que a grande maioria dos alunos não conseguiu concluir o ensino médio, o que causou impedimento para

o ingresso nos cursos técnicos. Apenas poucos alunos concluíram com êxito o processo de profissionalização (FERREIRA, 2010).

Com a edição de alguns decretos, a partir de 2006 os obstáculos legais foram superados. Por exemplo, com o decreto nº 5.840/2006 esta condição de fragilidade Institucional chegou ao fim, no plano legal, com a instituição do Programa de Integração de Educação Básica à Educação Profissional na Modalidade de Jovens e Adultos - PROEJA, cujo acolhimento pelas Instituições da Rede Federal de Educação Tecnológica passaria a ser obrigatório por meio da oferta de matrículas nos cursos técnicos, com acompanhamento da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação - SETEC/MEC.

De fato, as instituições federais, em diferentes períodos de sua existência, atenderam a diferentes orientações de governo em comum, a centralidade do mercado, a hegemonia do desenvolvimento industrial e um caráter pragmático e circunstancial para a educação profissional e tecnológica. No entanto, é necessário ressaltar, neste contexto, outra dimensão associada à rede federal de educação profissional e que diz respeito à competência de instituições de tecerem em seu interior propostas de inclusão social e de construir por dentro delas próprias alternativas pautadas neste compromisso, definidas pelo seu movimento endógeno e não necessariamente pelo traçado original de política de governo (BRASIL, 2008, p.23)

Segundo Oliveira e Pinto (2012), a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação – SETEC, por intermédio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, induziu a formação de redes de cooperação acadêmica por meio de grupos de pesquisa interinstitucional, originando assim, o grupo de Pesquisa PROEJA/CAPES/SETEC/ES. A ação do grupo foi ampliada para outras iniciativas de formação relacionadas ao PROEJA, dentre as quais se destacam a organização de uma coordenação do curso de especialização que visava a formação continuada dos professores para atuarem nessa modalidade e a construção de uma proposta curricular específica. Estes processos abriram novos horizontes para a modalidade de ensino de Jovens e Adultos e, incluíram a Educação Física, que passa a ser pensada como uma disciplina representante da formação crítica e de consciência da cultura corporal de movimento.

4 | A EDUCAÇÃO FÍSICA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Segundo Saviani (1989), logo após o período de abertura política, as reflexões sobre a educação brasileira foram intensificadas e o desejo de transformação do cenário estabelecido pela cultura autoritária do estado de exceção também refletiu sobre a educação física.

De fato, a partir da década de 1980, a função social que o sistema educacional vinha desempenhando passa a ser questionado e criticado pelos setores progressistas da sociedade. Essa crítica denunciava o papel reprodutivista do sistema educacional,

uma vez que este contribuía para a reprodução dos modelos vigentes e do *status quo*. Bracht (2002) afirma que este debate no campo da pedagogia migrou rapidamente para a educação física, influenciando o desenvolvimento de propostas pedagógicas progressistas ou críticas, visando a construção de alternativas para essa prática, na perspectiva da transformação social.

Apesar dessa linha de construção de práticas pedagógicas progressistas o *status* da educação física no contexto escolar, aponta que ela, por muitas vezes, é considerada de menor valor, meramente prática e descontextualizada da dinâmica educacional. A escola, tradicionalmente identificada como local de desenvolvimento intelectual percebe a educação corporal, desportiva e artística como atividade complementar a sua tarefa principal.

A antiga Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - 5692/71 - LBDEN situou a Educação Física em consonância com um regime político repressivo e com a emergência do esporte de rendimento no cenário social. As escolas representavam verdadeiros celeiros de atletas, onde a prática esportiva massiva deveria favorecer a detecção de talentos desportivos. Ao longo do tempo constatou-se que o sonho olímpico não se realizou por força dessas ações, porém permanece, até hoje, a hegemonia do esporte como o principal conteúdo a ser ensinado nas aulas desta disciplina, particularmente no segundo segmento do ensino fundamental e médio.

Um ponto de partida nessa nova significação atribuída à Educação Física é que a área ultrapassa a ideia de estar voltada apenas para o ensino do gesto motor correto. Muito mais que isso, o professor deve problematizar, interpretar, relacionar, compreender junto com os alunos as amplas manifestações de sua área de ensino, de tal forma que eles entendam o significado das práticas corporais. (BRASIL, 2002, p.194)

Em uma versão inicial da nova LDBEM, a Educação Física foi normatizada como componente curricular, mas sem assegurar sua obrigatoriedade. A partir deste fato, houve a mobilização de setores e entidades representativas, provocando a alteração do parágrafo 3, do artigo 26, no qual passou a constar a expressão “componente curricular obrigatório”, dando ênfase à necessidade da Educação Física na escola. Apesar da vitória da mobilização do setor, a oferta dessa disciplina, no entanto, teria caráter facultativo no ensino noturno, fato que atinge em grande proporção as turmas da educação de jovens e adultos, na sua maioria realizadas após o horário de trabalho.

Críticas de entidades representativas dessa área levaram a novas alterações na Lei, que retiram o caráter facultativo da disciplina. Ainda assim, foram inseridas exceções que preservam esse caráter de sua prática pelos alunos que cumprem jornada de trabalho igual ou superior a seis horas, sejam maiores de trinta anos de idade, estejam prestando serviço militar inicial e/ou tenham prole.

Em relação a essas alterações, Lira (2007) tece severas críticas. Considerando que

a maioria dos estudantes da EJA, via de regra, se enquadra em quase todas as condições citadas, particularmente nos quesitos sobre a jornada de trabalho superior a seis horas ou quanto à prole, a legislação dá margem para que não haja a oferta da Educação Física para as turmas da EJA.

A inserção dos casos descritos na Lei está vinculada ao entendimento de que a disciplina educação física é uma prática extenuante, de exercício físico e reduz as chances de proposições de práticas adequadas aos alunos da EJA, que além de, na sua maioria, se enquadram nas dispensas legais citadas, estudam, quase que exclusivamente, no período noturno.

O desconhecimento ou a falta de entendimento sobre a importância educativa da Educação Física na educação de jovens e adultos, é entendida, como uma percepção histórica que aproxima essa disciplina das práticas corporais de adestramento ou das atividades físicas em uma dimensão assistencialista de preparação de corpos saudáveis, numa pretensão prática politicamente neutra (Coletivo de autores, 1992).

Reis (2011) em sua pesquisa apresenta resultados que enfatizam a visão da Educação Física na EJA, fundamentada por perspectivas esportivas ou da aptidão física, não identificada como componente curricular. Porém, afirma também, que o estudo, demonstra que foram percebidas alterações nessas representações, pelo tratamento igualitário por parte de toda escola quanto à organização curricular, propondo uma abordagem diferenciada por parte dos professores de Educação Física.

Laffin (2012), por sua vez chama a atenção para a importância de novas práticas metodológicas, nas quais a ação docente deve ter um caráter mediador, que consiga articular diferentes ritmos de aprendizagens, considerando as necessidades e realidades educativas dos estudantes, as características da modalidade de ensino e o projeto político pedagógico, reconhecendo que as práticas pedagógicas e a proposta curricular ganham sentido, a partir da história de vida dos educandos.

A inclusão da educação física na EJA representa a possibilidade para os alunos do contato com a cultura corporal de movimento. O acesso a esse universo de informações, vivências e valores compreendidos aqui como um direito do cidadão, uma perspectiva de construção e usufruto de instrumentos para promover a saúde, utilizar criativamente o tempo de lazer e expressar afetos e sentimentos em diversos contextos de convivência. Em síntese a apropriação dessa cultura, por meio da educação física na escola, pode e deve se constituir num instrumento de inserção social de exercício da cidadania e de melhora da qualidade de vida (BRASIL, 2002, p.193)

51 CONCLUSÃO

A Educação Física na educação de jovens e adultos e no PROEJA(objeto deste estudo), embora seja um componente curricular obrigatório, tem caráter facultativo, parece-nos evidente, que mesmo que a sua oferta seja obrigatória, sua importância não é

considerada de igual valor aos demais campos de saber que integram o currículo escolar, podendo o educando ser dispensado das aulas, amparado, inclusive, pela lei.

Perceber que historicamente a componente curricular Educação Física não apenas no PROEJA, mas na educação brasileira vem tendo um papel secundário, nos incentiva enquanto educadoras e pesquisadoras a dedicar esforços em compreendê-la no dia a dia do cenário escolar, contribuindo diretamente para a reflexão e a superação desta realidade.

Por outro lado, percebemos um avanço na proposta curricular da EJA elaborada pelo Ministério da Educação - MEC, uma vez que a regulamentação da certificação inclui a Educação Física em uma matriz de competências e habilidades, composta ainda por língua portuguesa, língua estrangeira e educação artística.

A inclusão dessa disciplina em um bloco caracterizado por formas de expressão e linguagem rompe com uma concepção de educação física fortemente marcada pelo viés biológico. Portanto, acreditamos ser importante e relevante, conhecer essa proposta curricular e ter esse documento como um ponto de partida, para a reflexão e o debate sobre o tema, assegurando ao educando do PROEJA ter acesso ao conjunto de conhecimentos que integra o componente curricular da Educação Física.

REFERÊNCIAS

ANDRÉ, M. E. D. A.de. **Etnografia da prática escolar**. 5ª edição. Campinas (SP): Papirus, 2000.

BRACHT, V, et al. A prática pedagógica em educação física: a mudança a partir da pesquisa-ação. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v.23, n.2, p.9-29, jan.2002.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação Geral de Educação de jovens e adultos. **Proposta curricular para o segundo segmento**- Volume três (matemática, ciências naturais, Artes e Educação Física). Brasília, 2002. Disponível em [HTTP:// portal MEC.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/propostacurricular/segundosegmento/vol_3_edufisica.pdf](http://portal.MEC.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/propostacurricular/segundosegmento/vol_3_edufisica.pdf).

_____. Ministério da Educação. Concepções e Diretrizes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Brasília:PDE/Setec, 2008.

_____. Lei nº 9.394, 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases**.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino de educação física**. São Paulo: Cortez, 1992.

DI PIERRO, M. C. Nota sobre a redefinição da identidade e das políticas públicas da educação de jovens e adultos no Brasil. **Revista Educação e Sociedade**, v. 26, n.92. Campinas, out.2005.

FERREIRA, M.J de R. **A trajetória escolar do público feminino da educação de jovens e adultos nos cursos técnicos profissionalizantes do IFES - Campus Vitória (2004-2006)**. 2010. 280f. Tese (Doutorado em Ciências da Educação) Universidad Autónoma de Assunción, Assunción, 2010.

GUNTHER, M.C.C. O direito a educação física na educação de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Florianópolis, v.36, n.2, supl .p.S400- S412, Abri/jun.2014.

HADDAD, S. A ação dos governos locais na educação de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n.35, p. 197-211, maio-agosto 2007.

LAFFIN, M.H.L.F. A constituição da docência na educação de jovens e adultos. **Currículo sem fronteira**. V.12, n.1, p.210-218. Jan/Abri. 2012.

LIRA, N. J. P. **A educação dos que vivem do trabalho... para além do capital**. IN: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 15, 2, 2007, Recife. Anais: CBCE, 2007. Material bibliográfico em CD-ROM.

OLIVEIRA, E.C de PINTO, A.H; **O percurso do PROEJA/ES: conflitos, desafios e proposições**. In: Eja e educação profissional: desafios da pesquisa e da formação no Proeja. Brasília: Líber Livros, 2012. p.374.

REIS, J.A.P. **As trajetórias de vida dos/as estudantes trabalhadores/as da educação de jovens e adultos: o significado da educação física**. Porto Alegre, RS. 2011. Dissertação / Mestrado em Ciências do Movimento Humano- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2011.

SAVIANE, D. **Escola e democracia**, 35ª ed. Campinas, SP: Autores Associados. 2003.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acreditação MERCOSUL 1, 10, 11, 12
Alfabetização 51, 54, 149, 154, 160, 223, 224, 229
Angústia 110, 111, 112, 113, 114, 116, 117
Audiência 103, 104, 105, 107, 108, 192
Aulas remotas 62, 65, 110

C

Competencias profesionales 209, 216
Comunicação 39, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 71, 85, 86, 87, 88, 92, 102, 103, 105, 106, 107, 108, 124, 127, 175, 177, 186, 188, 193, 201, 202, 203, 226, 229
Criação 5, 6, 10, 35, 42, 46, 49, 51, 72, 80, 92, 114, 115, 125, 167, 172, 175, 176
Currículo 4, 23, 37, 58, 142, 145, 147, 148, 152, 153, 157, 164, 165, 169, 179, 223, 225
Curso de pedagogia 142, 155

D

Deficiência 52, 53, 54, 55, 56, 57, 59, 60, 104, 105, 167, 168, 169, 170, 172, 201, 202, 203, 204, 205, 207
Design de informação 103, 108

E

Educação 1, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 26, 28, 30, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 64, 65, 68, 70, 84, 86, 89, 90, 91, 102, 103, 107, 108, 109, 110, 119, 127, 132, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 185, 186, 188, 190, 192, 194, 195, 196, 197, 199, 200, 201, 203, 204, 206, 207, 208, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229
Educação especial 54, 57, 60, 61, 147, 166, 167, 168, 169, 170, 172, 173, 174, 208
Educação Física 158, 159, 161, 162, 163, 164, 165
Educação profissional 158, 160, 161, 165, 171, 172, 174, 195, 196, 200, 204, 208
Educação superior 1, 3, 4, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 39, 44, 62, 64, 68, 171
Ensino-aprendizagem 39, 40, 41, 42, 45, 48, 49, 62, 105, 148
Epistemologia qualitativa 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 102

F

Fenomenologia 110, 111, 112, 113, 114, 115, 117

Filosofia 108, 110, 113, 115, 116, 117, 157, 229

Finanças 175, 184, 186, 187

Formação continuada 34, 147, 161, 200, 201, 202, 203, 205, 206, 207

Formação de professores 31, 32, 33, 51, 82, 142, 143, 144, 145, 147, 149, 152, 153, 154, 156, 157, 170, 208, 229

Formação humana 145, 158, 159, 225

G

Gestão 62, 63, 64, 65, 68, 75, 76, 110, 120, 121, 124, 126, 133, 134, 138, 140, 142, 156, 175, 176, 177, 178, 179, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 207

I

IFSP 166, 167, 171, 172, 173, 174

Inclusão escolar 52, 60, 61, 169, 203, 206, 207, 208

Inclusão social 103, 161, 203

Informação 3, 8, 13, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 71, 82, 92, 94, 95, 96, 98, 99, 101, 103, 105, 106, 108, 133, 151, 185, 187, 190, 200, 201, 202, 229

Inovação 8, 37, 147, 148, 151, 175, 184, 185, 190, 194, 204

Internacionalização 1, 2, 3, 4, 5, 9, 11, 12, 14

M

Matemática 62, 63, 64, 65, 66, 68, 69, 164, 226, 229

Megaciencia 15, 16, 17, 18, 20, 23

N

Normativas da educação inclusiva 166

O

Organizações 13, 31, 106, 119, 121, 124, 125, 126, 131, 132, 133, 134, 139, 141, 189

P

Pandemia 17, 18, 20, 21, 39, 40, 62, 64, 103, 104, 105, 108, 110, 111, 112, 116, 117

PESTEL 15, 16, 17, 25, 190

Pressupostos do NAPNE 166, 173

Processo construtivo-interpretativo 91, 93, 95, 96, 98, 99, 100

PROEJA 158, 159, 160, 161, 163, 164, 165

Q

Qualidade de vida 26, 28, 114, 134, 140, 163, 203

Questionário 62, 68, 119, 126, 130, 131, 132, 134, 142, 152, 155, 175, 176, 177, 182, 205

R

Reflexão 30, 33, 36, 42, 52, 53, 62, 68, 81, 84, 93, 110, 145, 155, 158, 164, 166, 223, 224

Responsabilidade social 116, 117, 119, 122

Robô 70

S

Saúde do trabalhador 26, 28

Saúde mental 119, 123, 124, 130

Saúde pública 28, 103, 105, 106

Sensibilidade 142, 144, 223

Sincrotrón mexicano 15, 16, 18, 23

Sistema sociotécnico 70, 71, 72, 73, 74, 80, 81

Sistematização coletiva do conhecimento 62, 64, 65, 66, 67

Subjetividade 26, 35, 91, 92, 93, 95, 98, 99, 100, 101, 102, 125, 202, 227

T

Tecnologia assistiva 200, 202, 203, 205, 206, 207

Tecnologias 9, 29, 36, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 65, 71, 82, 129, 133, 200, 201, 202, 205, 206, 207, 229

Teorias da educação 52, 61

Trabalho docente 26, 28, 33, 34, 35, 36, 37, 38

Transformación digital 209, 210, 211, 214, 221

U

Universidades tecnológicas 15, 18

V

Valorização da vida 110, 112

W

Wikipédia 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83

A educação

enquanto fenômeno social:

Um estímulo à transformação humana

3



 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 @atenaeditora
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Atena
Editora
Ano 2022

A educação

enquanto fenômeno social:

Um estímulo à transformação humana

3



 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 @atenaeditora
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br


Ano 2022